

TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA EM IPANGUAÇU/RN: O QUILOMBO DA PICADA E A RESISTÊNCIA FRENTE À COLONIALIDADE

Francivan Miguel da Silva¹

*Graduando em Licenciatura Geografia pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte,
(84) 9991-0317*

Francivanmiguel4@alu.uer.br

*Maria Clara dos Santos Gonzaga*²

*Graduanda em Licenciatura Geografia pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte,
(84) 99828-5116*

Claragonzaga@alu.uern.br

*Luiz Felipe Dantas Silva da Cruz*³

*Graduando em Licenciatura Geografia pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte,
(84) 99603-3158*

felipecruz@alu.uern.br

RESUMO

Neste ensaio, aborda-se a territorialidade quilombola como expressão de resistência histórica, cultural e política diante da colonialidade persistente no Brasil. O objetivo é refletir sobre a territorialidade do Quilombo de Picada, em Ipanguaçu/RN, como processo de resistência, com base em estudos decoloniais e autores como Quijano (2005), Mignolo (2005) e Santos (2006). A metodologia fundamenta-se em revisão teórica e análise crítica dos processos vivenciados pela comunidade. O território é compreendido como espaço simbólico, afetivo e político, sendo instrumento de luta e construção social. A resistência se expressa pela valorização de saberes ancestrais, práticas culturais e organização comunitária. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento legal, o Estado ainda marginaliza essas populações. Conclui-se pela necessidade de descolonizar políticas públicas e valorizar a escuta ativa das comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes ancestrais; práticas culturais; resistência política; decolonialidade; comunidades tradicionais.

GT2: Estudos Agrários

1 INTRODUÇÃO

O problema da territorialidade quilombola no Brasil, ultrapassa a mera posse da terra, configurando-se como armamento da resistência histórica, cultural e política, frente às heranças contínuas da colonialidade. Em Ipanguaçu/RN, a comunidade Picada representa um exemplo de resistência à falta de reconhecimento, aos processos de permanência e de luta em nome de seus direitos territoriais.

Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a territorialidade do quilombo em processos de resistência à colonialidade, a partir de argumentos teóricos críticos fundamentados na

Geografia e nos estudos decoloniais, com a finalidade de compreender os processos históricos e contemporâneos vivenciados pela comunidade da Picada localizada em Ipanguaçu/RN. A análise parte de uma perspectiva teórica crítica, amparada por contribuições da Geografia e da Sociologia, que compreendem o território não apenas como um recorte espacial, mas como expressão das relações de poder, da identidade e da luta por reconhecimento.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados textos acadêmicos que discutem os conceitos de território, quilombo e colonialidade, além de documentos oficiais e registros etnográficos da comunidade Picada, provenientes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares. A abordagem interdisciplinar integra diferentes perspectivas sobre a realidade quilombola.

Dessa forma, busca-se oferecer uma leitura sensível e crítica acerca das formas pelas quais a territorialidade se constitui em instrumento de resistência e afirmação política diante das persistências do racismo e da exclusão.

2 COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA

O conceito da colonialidade, formulada por Aníbal Quijano (2005), busca desvendar como as estruturas coloniais ainda persistem, mesmo com o fim formal da colonização. Essas estruturas aparecem por todos os cantos, no saber, no poder, e no ser. Conforme Quijano (2005), a colonialidade do poder constitui um padrão global de dominação que organiza as relações sociais e espaciais por meio da classificação racial, o que se reflete na marginalização de comunidades quilombolas, como Picada, frente às políticas estatais eurocêntricas. Mignolo (2007) complementa, argumentando que a resistência epistêmica é fundamental para desafiar essas estruturas, propondo a "desobediência epistêmica" como uma estratégia para valorizar saberes subalternizados, rompendo com a hegemonia eurocêntrica.

Walter Mignolo (2005) nos chama para um mergulho nessa discussão, mostrando a resistência dos saberes tradicionais e não hegemônicos contra as epistemologias eurocêntricas impostas. Para o autor, a desobediência epistêmica precisa ser vista como um passo fundamental, para entender a pluralidade de epistemes.

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias

contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. (Mignolo, 2005, p. 40)

Na visão crítica, à colonialidade do saber, há mais do que só excluir a racionalidade eurocêntrica. Trata-se de afirmar que a ideia é defender e trazer de volta as epistemologias historicamente silenciadas pela lógica colonial moderna, e assim, construir novas formas de pensar, começando pela diferença colonial da nossa atualidade. O imaginário moderno/colonial, marcado pela duplicidade de consciência dos sujeitos colonizados, reflete a tensão entre vozes escutadas e apagadas, histórias compactadas e memórias fraturadas. Para Mignolo (2005), descolonizar o conhecimento exige ouvir essas vozes silenciadas, reconhecendo sua potência para transformar hierarquias epistêmicas e promover um pensamento plural, enraizado em práticas éticas e políticas que desafiem as estruturas de dominação, como em currículos educacionais ou práticas comunitárias que priorizem saberes locais.

2.2 TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA

A territorialidade, como expressão de relações sociais e espaciais, manifesta-se em suas dimensões simbólicas, afetivas e políticas, que transcendem a materialidade do território. Nesse sentido, Milton Santos (2006) contribuem para a ampliação do saber geográfico ao conceberem o território como uma construção social complexa.

O território, enquanto espaço vivido e apropriado, reflete práticas sociais que estruturam suas funções e significados. Milton Santos (2006) enriquece essa perspectiva ao conceber o território como um espaço protegido, definido como um “conjunto de unidades de funções e de forças” (Santos, 2006, p. 45). Essa visão destaca o uso social do território como elemento estruturante, reforçando sua natureza relacional e dinâmica no contexto geográfico.

Milton Santos contribui para esse debate ao destacar que o território é constituído não apenas pelo chão, mas também pelos sistemas de engenharia que permitem sua utilização de maneira funcional e organizada.

Mesmo se as novas relações apenas alcançam parcelas reduzidas da economia e do território e incidem de forma incompleta sobre a sociedade, têm já bastante força para induzir transformações fundamentais ao conjunto. Fenômenos com as disparidades espaciais de tipo mercantil e a macrocefalia ganham novas dimensões. (Santos, 2006, p. 168)

A capacidade transformadora das novas relações sociais e econômicas, mesmo que estas atinjam apenas parcelas específicas do território e da sociedade. Essa perspectiva evidencia que mudanças, ainda que localizadas, possuem força suficiente para impactar o conjunto do sistema territorial, promovendo reconfigurações significativas. No contexto do Quilombo da Picada, em Ipanguaçu/RN, observa-se como práticas comunitárias e resistências locais desafiam as lógicas coloniais e mercantis, criando novas dinâmicas espaciais. Essas ações, embora aparentemente restritas, geram transformações que reverberam além dos limites físicos da comunidade, redefinindo significados e usos do território a partir de uma perspectiva de luta e reafirmação identitária.

Além disso, Santos (2006) aponta para fenômenos como as disparidades espaciais de cunho mercantil e a macrocefalia, que ganham novas dimensões em contextos de transformações sociais. No caso das comunidades quilombolas, como a Picada, essas disparidades manifestam-se nas desigualdades de acesso à terra e nas pressões fundiárias impostas por agentes externos, que refletem a persistência de estruturas coloniais. Contudo, a resistência quilombola, ao redefinir o território como espaço de memória, cultura e luta, desafia essas dinâmicas, promovendo uma ocupação territorial que valoriza saberes tradicionais e práticas coletivas. Assim, as ações da comunidade, ainda que parciais, configuram-se como potentes instrumentos de transformação, capazes de questionar a hegemonia mercantil e propor novas formas de organização social e espacial.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO QUILOMBO DA PICADA

Localizada em Ipanguaçu, Rio Grande do Norte, a comunidade Picada, reconhecida como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, integra a diversidade étnico-racial das comunidades quilombolas brasileiras. Sua trajetória histórica está vinculada aos processos de formação social da região, à resistência contra a escravidão e à permanência em territórios tradicionalmente ocupados, apesar da marginalização sistemática sofrida ao longo

dos séculos. A comunidade enfrenta desafios específicos, como pressões fundiárias de fazendeiros locais, que ameaçam a integridade de seu território ancestral.

Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Rio Grande do Norte tem 22.384 quilombolas em 53 dos 167 municípios potiguares. Contudo, apenas 3.445 residem em territórios delimitados, evidenciando a precariedade na regularização fundiária. A comunidade Picada, enfrenta desafios típicos de comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte, como atrasos institucionais na titulação de suas terras e conflitos fundiários históricos, incluindo sobreposições com propriedades privadas, conforme processos de regularização acompanhados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária .

A comunidade demonstra sua relação com a terra por meio da preservação de práticas culturais ancestrais, como festas religiosas, saberes populares ligados à medicina tradicional e métodos de cultivo adaptados às condições do semiárido. Esses elementos revelam uma ligação simbólica e emocional com o lugar, configurando uma territorialidade própria, construída a partir de vínculos históricos e identitários. Essa forma de se relacionar com o território desafia, em certa medida, os modelos hegemônicos de ocupação e uso da terra, ao afirmar modos de vida enraizados na resistência e na valorização dos saberes tradicionais.

Além disso, a comunidade quilombola de Picada evidencia uma expressiva participação política, marcada pelo envolvimento em associações, projetos coletivos e encontros locais e regionais voltados ao fortalecimento do enfrentamento às lógicas coloniais. Essa atuação tem sido estratégica para a mobilização social, contribuindo para a conquista de direitos e para a consolidação de formas de resistência diante dos desafios contemporâneos.

4 A RESISTÊNCIA FRENTE À COLONIALIDADE

A resistência do Quilombo de Picada à frente à colonialidade manifesta-se de forma ampla e multiescalar, englobando aspectos culturais, territoriais, epistêmicos e políticos. Essa dinâmica reflete o conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), segundo o qual a colonialidade persiste como forma de dominação que estrutura desigualdades raciais, territoriais e institucionais. Tal lógica manifesta-se nas dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas para assegurar seus direitos, no acesso limitado a políticas públicas e na invisibilização de suas narrativas nos espaços de decisão.

No entanto, a comunidade de Picada responde a essas imposições com práticas de afirmação identitária e organização coletiva. A preservação de suas tradições, a reivindicação do território ancestral e a construção de redes de solidariedade representam formas concretas

de resistência territorial. Essas ações se apresentam como estratégias de reexistência, ou seja, práticas que não apenas sobreviveram ao apagamento histórico, mas propõem outras formas de viver, saber e estar no mundo, desafiando as narrativas hegemônicas e reafirmando modos próprios de existência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Picada é uma comunidade remanescente que constitui uma expressão concreta da resistência quilombola frente aos múltiplos aspectos da colonialidade, que, infelizmente, ainda permeiam a sociedade brasileira. Mais do que simplesmente um território, Picada representa um espaço simbólico, político e existencial, onde a memória coletiva, os saberes ancestrais e as práticas culturais se articulam como formas de enfrentamento às estruturas históricas de exclusão e silenciamento. Nesse contexto, a territorialidade assume uma função estratégica, pois se configura como meio de preservação identitária, reapropriação da história e construção de futuros possíveis, em oposição às narrativas hegemônicas que invisibilizam a diversidade epistêmica e sociocultural do país.

A luta pelo reconhecimento legal do território, bem como a atuação ativa da comunidade em espaços políticos e institucionais, evidenciam a centralidade da resistência quilombola não apenas como um processo reativo, mas como prática propositiva de reinvenção do viver. Trata-se de uma resistência que ultrapassa a dimensão jurídica, incorporando aspectos epistêmicos, espirituais e afetivos, em consonância com a compreensão de que os conceitos, como o de território, são também formas de ação e de implicação no mundo vivido. Nesse sentido, a territorialidade vívida pelo Quilombo de Picada manifesta-se como prática concreta e simbólica de resistência, inserida nas dinâmicas de contenção e produção de espaços que desafiam lógicas dominantes e reafirmam modos próprios de existir, conhecer e transformar a realidade.

Compreender a territorialidade quilombola como instrumento de resistência implica, portanto, considerar a urgência de desconstruir os paradigmas coloniais ainda vigentes nas políticas públicas, no sistema jurídico e nas práticas acadêmicas. A efetivação dos direitos territoriais deve ser acompanhada com uma transformação estrutural no modo como o Estado e a sociedade civil se relacionam com os povos tradicionais. Isso exige a valorização dos saberes subalternizados, o fortalecimento da autonomia das comunidades e a criação de mecanismos participativos que respeitem as especificidades de seus modos de vida.

O caso do Quilombo de Picada revela, assim, que a justiça social e histórica no Brasil passa necessariamente pela escuta ativa, pelo reconhecimento das diversidades territoriais e pela reconfiguração das formas de poder, promovendo a emancipação dos territórios quilombolas é, em última instância, promover a descolonização do presente.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Cadastro Nacional das Comunidades Quilombolas*. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Incra avança na regularização de três territórios quilombolas no Rio Grande do Norte*. Brasília: INCRA, 2015. Disponível em: <http://www.irib.org.br/noticias/geral/incra-avanca-na-regularizacao-de-tres-territorios-quilombolas-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 19 maio 2025.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter. *A ideia de América Latina: a ferida colonial e a opção decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento; Justificando, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.
